

Nordeste quer mais recursos

ULLISSES CAMPBELL

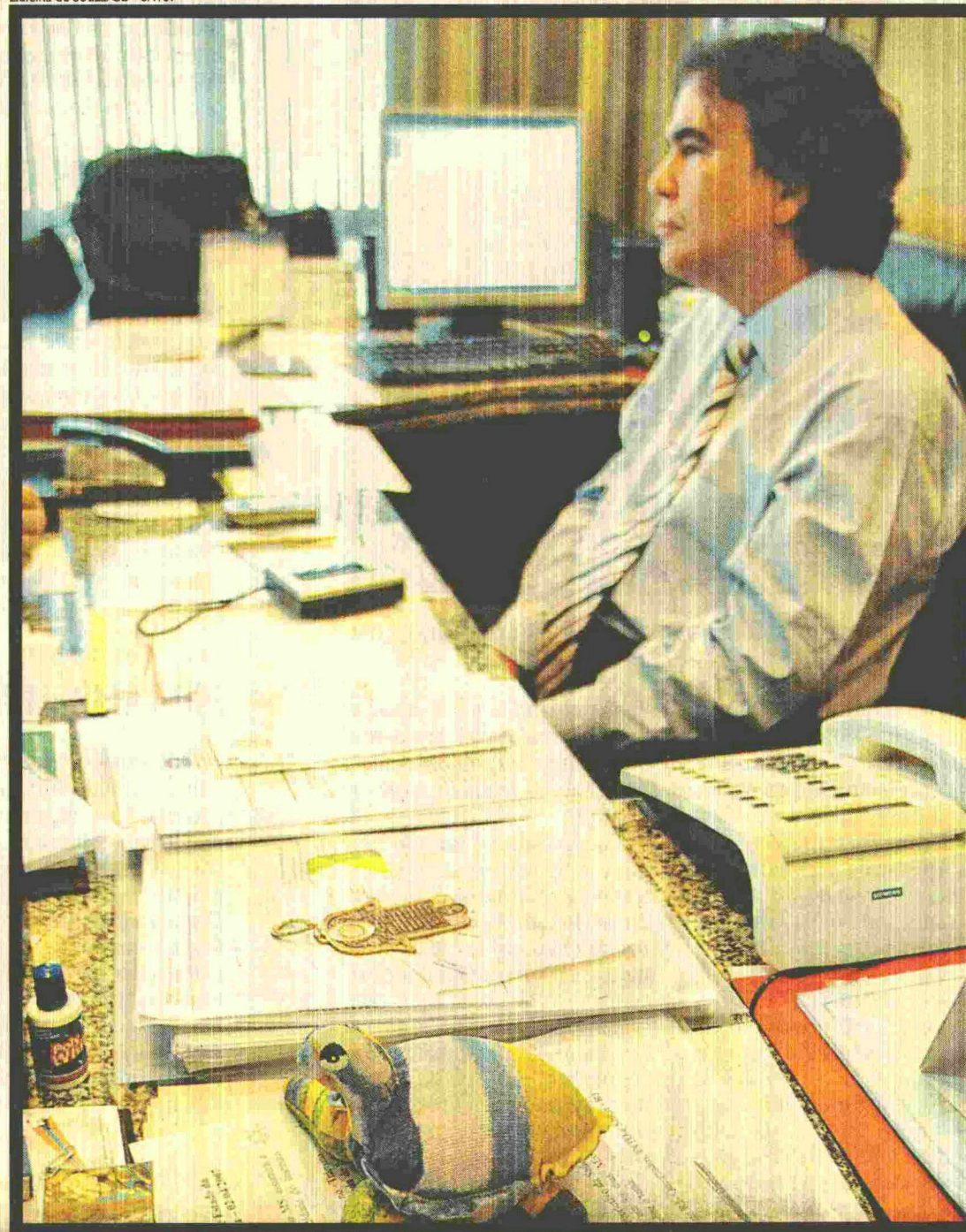
DA EQUIPE DO CORREIO

Zuleika de Souza/CB - 6/9/07

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, mostrou ontem aos governadores de oito estados do Nordeste — Alagoas, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Ceará, Bahia e Piauí — como serão repartidos os R\$ 2 bilhões anunciados na semana passada pela União para conter a crise na área de saúde na região. Para o governador do Sergipe, Marcelo Déda, os R\$ 2 bilhões são bem vindos, mas são insuficientes para resolver o problema. “A crise não é tão simples assim, ao ponto de R\$ 2 bilhões resolverem. Mas é claro que o aporte desses recursos vai ajudar a enfrentar um momento difícil na saúde pública de alguns estados”, ponderou.

Segundo Temporão, a partilha dos recursos será feita levando em consideração as necessidades de cada estado e a redução das desigualdades regionais. Além dos recursos liberados na semana passada, o ministro disse que estão assegurados os repasses mensais. A estimativa do governo é de que os estados nordestinos recebam R\$ 1,2 bilhão nos próximos quatro meses. Numa reunião fechada, Temporão também assegurou aos governadores que o pacote de medidas para o setor, apelidado de PAC da Saúde, será fundamental para melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS).

No Nordeste, os recursos novos serão utilizados para corrigir a tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) nas especialidades de cardiologia, neurologia e medicina nuclear, além de melhoria das unidades de terapia intensiva e nos procedimentos médicos de média complexidade. O dinheiro também será direcionado para atender as Santas Casas de Misericórdia e vai permitir o aumento do teto financeiro dos estados — que é o total de recursos que os estados podem receber do Ministério da Saúde. O conjunto de verbas liberadas em caráter



TEMPORÃO ANUNCIOU QUE PRINCIPAL PROPOSTA DO PAC DA SAÚDE É O PROJETO DE REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA 29

emergencial para a saúde terá impacto de mais de R\$ 4 bilhões no orçamento de 2008.

Temporão disse aos governadores que o chamado PAC da Saúde, além de aumentar os recursos para o setor, vai melhorar a gestão do SUS. Uma das formas seria por meio da criação das fundações

estatais de direito privado, que ajudarão os estados a gerirem a saúde com autonomia, firmando contratos de desempenho, com a cobrança de resultados e assegurando uma boa remuneração. “Temos que enfrentar a questão da saúde olhando também para a maneira como nós

gerenciamos os recursos na ponta”, disse o ministro.

Prioridade

Ele também reforçou aos governadores que uma das principais propostas do pacote de medidas é a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que tramita no

TORNEIRA ABERTA

Além dos R\$ 2 bilhões anunciados recentemente, o Ministério da Saúde liberou no mês passado R\$ 580 milhões para atender às necessidades urgentes dos estados. Ontem foram liberadas as seguintes parcelas:

Estado	VERBA (EM REAIS)
Alagoas	6.839.567,00
Amazonas	6.839.567,00
Bahia	78.554.141,00
Ceará	45.763.168,00
Espírito Santo	28.915.000,00
Pará	28.343.869,00
Paraíba	12.400.000,00
Pernambuco	50.334.404,00
Rio de Janeiro	44.982.000,00
Rio Grande do Norte	21.677.022,00
Paraná	12.000.000,00
Total	R\$ 352.906.578,00

Congresso Nacional. A proposta regulamenta o dispositivo constitucional que assegura quanto União, estados e municípios vão destinar para a Saúde. Hoje, estados e municípios contribuem com 12% e 15% da arrecadação, respectivamente. Já a União repassa os recursos executados no ano anterior mais a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Geralmente esse percentual nunca fica acima dos 7%.

Segundo Temporão, para fechar o PAC da Saúde, falta concluir uma discussão entre os ministros de outras pastas para definir a participação do governo federal no custeio das ações e serviços da saúde. “Ainda vou apresentar uma proposta à ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) e ao presidente Lula, solicitando um

conjunto de recursos adicionais”, disse o ministro.

Segundo Marcelo Déda, os governadores pretendem apresentar uma proposta única dos estados para a regulamentação da Emenda 29. “Os estados estão dispostos a cumprir as normas da emenda. O que nós queremos é uma unificação dos critérios”, afirmou o governador de Sergipe.

Um estudo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) mostra que, em procedimentos de média e alta complexidade, há uma grande diferença nos valores aplicados, per capita, pela União. Para a Região Nordeste, a média anual é de R\$ 87,52 por pessoa. Para o Centro-Oeste, R\$ 97,3. Sudeste recebe R\$ 104,88, per capita, e Sul, R\$ 110,64. A média do Brasil é de R\$ 98,09.